



VII REUNIÃO DE MINISTROS/AS E RESPONSÁVEIS PELA IGUALDADE DE GÉNERO DA CPLP

“Empoderar a Mulher para a Equidade de Género – Rumo ao Desenvolvimento Sustentável”

Luanda, 29 de Abril de 2022

Intervenção do Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão em representação do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa

- Excelência, Senhora Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Angola, Dra. Faustina Alves de Sousa
- Excelências, Senhoras Ministras e Senhores Ministros e Responsáveis pela Igualdade de Género nos Estados-Membros da CPLP
- Senhora Ministra e Senhoras e Senhores Secretários de Estado de diferentes áreas setoriais do Governo de Angola
- Senhora Coordenadora Residente das Nações Unidas em Angola, Dra. Zahira Virani
- Estimados representantes dos vários órgãos de soberania de Angola
- Estimados Embaixadores dos Estados-Membros da CPLP
- Caros membros das Delegações dos Estados-Membros da CPLP
- Senhores Representantes dos Estados Associados da CPLP, Agências Internacionais e Organizações da Sociedade Civil
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome do Senhor Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa, queremos, nesta ocasião, começar por saudar calorosamente a Senhora Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Angola, Dra. Faustina Alves de Sousa,

que nos acolhe nesta inesquecível cidade de Luanda, e agradecer o amável convite da Presidência para marcar presença nesta importante reunião ministerial.

No cumprimento inicial que dirigimos a V. Exa., cumprimentamos todas as Senhoras Ministras e Senhores Ministros dos Estados-Membros da CPLP, ou seus representantes, aqueles que hoje aqui se encontram, e aqueles que nos seguem em plataforma de videoconferência.

Gostaríamos de começar por agradecer o trabalho de preparação desta Reunião, que se realiza em formato híbrido e que comprova a possibilidade de dar continuidade à agenda da CPLP, superando as limitações e os obstáculos colocados pelo contexto pandémico que ainda se vive.

Queremos, ainda, realçar, os valiosos contributos propostos pela Reunião de Pontos Focais, refletidos no projeto de Declaração Final submetida à aprovação de V. Exas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

A CPLP é hoje uma Comunidade onde a manutenção da paz e a coesão entre os seus povos são ativos fundamentais para o alcance e a concretização do desenvolvimento sustentável.

Por isso, assegurar o gozo e o exercício de todos os Direitos Humanos, por cada um dos nossos cidadãos, é um horizonte que não podemos perder de vista.

Para a CPLP, apenas através do multilateralismo e da cooperação internacional, num espírito de solidariedade global



e responsabilidades partilhadas, será possível alcançar os tão ambicionados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não deixando ninguém para trás.

A pandemia evidenciou as desigualdades e os constrangimentos no acesso aos mais diversos bens e serviços públicos de primeira necessidade.

E ao fazê-lo, a pandemia potenciou, também, uma situação que afeta desproporcionalmente as pessoas e grupos mais vulneráveis, entre as quais as mulheres, mas também as crianças, os jovens e os idosos.

A pandemia forneceu lições duras sobre as vulnerabilidades sociais que surgem da desigualdade e que impactam, arduamente sobre as mulheres.

Mas a pandemia também evidenciou demonstrações de resiliência, que provam que investir no empoderamento das mulheres é investir numa das formas mais poderosas de quebrar a cadeia de desigualdade transmitida de geração em geração.

A CPLP deverá assim continuar a trabalhar para garantir o respeito, a proteção e a eficácia dos direitos das mulheres na nossa Comunidade - o direito à educação universal, gratuita e de qualidade, e o direito a um trabalho digno.

E isso apenas será possível garantindo a participação efetiva das mulheres na definição e implementação das políticas públicas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Todos os que se encontram presentes nesta VII RMIG estão aqui por uma razão – invocar a necessidade de reforçar a igualdade de género e o empoderamento da mulher na CPLP.

Pensamos que ninguém poderá duvidar que o envolvimento das mulheres no processo de desenvolvimento sustentável da CPLP é crucial para o sucesso da nossa Comunidade.

Para impulsionar uma mudança transformadora neste setor, a CPLP deverá procurar alargar o leque das suas parcerias, para identificar soluções inovadoras, que possam apoiar as mulheres e as meninas da Comunidade a libertar todo o seu enorme potencial para se tornarem líderes, empreendedoras e agentes de mudança para um desenvolvimento sustentável, verde, resiliente e inclusivo.

O empoderamento económico das mulheres, conjugado com a crescente aposta na educação das meninas, no planeamento familiar, na saúde sexual e reprodutiva e na redução do casamento precoce, poderá facilitar a transição para economias de baixo carbono, ajudar a melhorar o uso inteligente dos recursos naturais, auxiliar a reduzir os danos ambientais e a fragmentação da terra, contribuindo para o aumento da resiliência e sustentabilidade económica, social e ambiental da CPLP.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

A promoção de um ambiente mais favorável à realização dos direitos das mulheres e a promoção de uma maior igualdade de género nas diversas esferas da sociedade, coresponsabilizando atores públicos e privados para a efetiva concretização e

promoção dos direitos humanos das mulheres, permanece um desafio relevante em toda a nossa Comunidade.

Apesar de em toda a CPLP existir um discurso político que clarifica a necessidade de proteção dos direitos das mulheres, o que se saúda vivamente, ainda se observa como premente continuar a trabalhar para a sua aplicabilidade prática, nomeadamente no que à revisão e melhoria da legislação diz respeito.

Não sendo uma problemática exclusiva da nossa Comunidade, na CPLP, ainda existem ainda entraves de diversa ordem que limitam a ascensão das mulheres às esferas de decisão política, económica e social, que é necessário ultrapassar.

E para que assim seja, a CPLP deveria apostar no reforço das sinergias e do trabalho em rede no âmbito da igualdade e equidade de género, robustecendo o trabalho de sensibilização e de advocacia com vista a contribuir para um ambiente social, cultural, político e económico favorável à igualdade e equidade de género no espaço comunitário.

Mas a Comunidade deverá, também, reforçar o trabalho político em torno do tema, transversalizando as questões de género e contribuindo, de forma proactiva, para o incentivo à elaboração, adoção e atualização de políticas públicas transversais no âmbito da igualdade e equidade de género.

E isto poderá ser feito por via do reforço da cooperação da CPLP e das parcerias com diferentes atores de desenvolvimento, incluindo aqueles que já beneficiam do estatuto de Observador Associado da CPLP.

A identificação de parcerias que incentivem iniciativas de cooperação para a promoção de estratégias que contribuam para a autonomização das mulheres, reforçando as suas capacidades e construindo novas lideranças femininas, parece-nos uma proposta de indiscutível utilidade e que consta do Plano de Ação de 2022-2024 que será hoje submetido a apreciação de V. Exas.

Senhoras Ministras e Senhores Ministros, Minhas Senhoras e meus Senhores,

As iniquidades provocadas pela pandemia são muito visíveis, tocam no nosso dia-a-dia e não podem deixar ninguém indiferente.

Como se não bastasse o cenário pandémico que ainda vivemos e os severos impactos que tem projetado à escala global, somos agora confrontados com uma nova ameaça à paz e à segurança no mundo, que vem adensar uma conjuntura que já era particularmente exigente e cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Para mitigar este conjunto de dificuldades, valerá a pena inspirarmo-nos valores fundadores da CPLP, expressos na sua Declaração Constitutiva que indicam que a nossa Comunidade, partindo de “valores perenes como a Paz, a Democracia e o Estado de Direito, os Direitos Humanos, o Desenvolvimento e a Justiça Social”, estabelece uma preocupação com “o futuro coletivo dos seus países”.

E é inspirados por esses valores, que nos remetem para a necessidade de acelerar a “solidariedade na diversidade”, que foi aliás o lema da Presidência angolana da CPLP no biénio 2010-

2012, que gostaríamos de exprimir a nossa convicção de que a adoção de políticas públicas que promovam a efetiva realização dos direitos das mulheres e meninas, oferece uma oportunidade singular para acelerar o desenvolvimento sustentável e alcançar paz e segurança globais.

Formar, capacitar e qualificar as mulheres e meninas de hoje é uma das nossas melhores oportunidades para acabar com a pobreza, com a fome, reduzir as desigualdades e reverter as alterações climáticas e assim contribuir para colmatar as profundas desigualdades entre países, mitigando uma ordem social e económica global que requer uma abordagem sensível ao género e baseada na justiça social.

Esperamos que, com o trabalho conjunto dos Estados-Membros, do Secretariado Executivo e dos nossos parceiros seja possível conhecer novos e promissores desenvolvimentos para que, efetivamente, se possa afirmar que, na CPLP, a expressão “Não deixar ninguém para trás!”, não é apenas a afirmação de um objetivo retórico da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado pela vossa atenção.